



**ACÓRDÃO Nº1050/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12423/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Andrea Barker Costa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3224/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.  
Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acatou, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2019, da **Sra. Andrea Barker Costa**, Diretora Executiva do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, nos termos do artigo 22, III, “b”, da Lei Estadual nº 2423/1996;
- 10.2. De acordo ao Voto/Destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acatado pelo relator, **aplicar multa** à **Sra. Andrea Barker Costa**, Diretora Executiva do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), na forma do Art. 54, inciso I, “a”, da Lei nº 2.423/96, c/c o Art. 308, inciso I, “a”, do Regimento Interno – TCE/AM, pela impropriedade não sanada nº 2, do Relatório Conclusivo nº 49/2020-DICAD. A multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo



**ACÓRDÃO Nº1050/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação.

O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3.** De acordo ao Voto/Destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acatado pelo relator, **aplicar multa** à **Sra. Andrea Barker Costa**, Diretora Executiva do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, no valor de **R\$20.000,00** (vinte mil reais), na forma do Art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/96, c/c o Art. 308, inciso VI, do Regimento Interno – TCE/AM, pelas impropriedades não sanadas nº 3, 4, 5, 6, 9 e 10, do Relatório Conclusivo nº 49/2020-DICAD, em razão de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. A multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação.

O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Recomendar** à origem que:

- a)** Envide esforços junto ao Fundo Estadual e a SEFAZ no sentido de regularizar a conta caixa do Balanço Financeiro, procedendo a baixa do valor de R\$ 269,50;
- b)** Faça gestão junto a SEFAZ e ao Fundo de Saúde para regularizar a pendência de pagamento referente a Restos a Pagar Processados do exercício de 2018 de responsabilidade da **Sra. Andrea Barker Costa**, uma vez que o art. 63 da Lei nº 4.320/64 determina que a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo como base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

- 10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

- a)** Encaminhe à atual Administração do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção, e pelo Representante Ministerial, visando evitar o



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº1050/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras.

- b) Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos arts. 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE/AM, adote as providências do art. 162, §1º, do RITCE.

**10.6. Dar ciência a Sra. Andrea Barker Costa** da decisão.

**11- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de Novembro de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alber Furtado de Oliveira Júnior.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral